



A Contribuição das Rádios Comunitárias para o Desenvolvimento Humano: uma Análise de Iniciativas no Estado do Rio de Janeiro¹

Carolina Custódio CARDOSO²

Adilson CABRAL³

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

Resumo

O presente estudo versa sobre o papel da comunicação como meio para transformação da cidade/comunidade a partir das rádios. O trabalho examina alguns limites impostos às rádios comunitárias - aí compreendidos o monopólio dos meios de comunicação – e a efetivação de mecanismos de avaliação como o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e os Objetivos do Milênio – ODM, além de categorias como gestão/programação/articulação. Essa pesquisa foi desenvolvida com base no levantamento de iniciativas de rádios comunitárias do estado do Rio de Janeiro e em dados coletados junto à Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO) e a Federação das Associações de Rádios Comunitárias (FARC).

Palavras-chave

Rádios Comunitárias; Esfera Pública; Comunicação Comunitária; Democratização da Comunicação; Desenvolvimento Humano.

A Situação Atual das Rádios Comunitárias¹

Não é por acaso o aparecimento constante do vermelho em bandeiras, faixas, cartazes, panfletos e camisas. A cor lembra paixão e sangue, grandes componentes para manter em pé o movimento das rádios comunitárias. O princípio legal de comunicação no Brasil apresenta contradições, confusões e falhas. O artigo V da Constituição Brasileira diz que “é livre a expressão da atividade de comunicação, independentemente de censura ou licença”⁴. Porém, muitas rádios fechadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) foram contempladas com verbas governamentais para criação de laboratórios de informática, por exemplo.

¹Trabalho apresentado no Grupo Temático – Mediações e Interfaces Comunicacionais, do Iniciacom, evento componente do XIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste.

²Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Comunicação Social da UFF, email: carolina.custodio@yahoo.com.br.

³Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social da UFF, email: acabral@comunicacao.pro.br.

⁴Constituição. Art. 5º - VIII



Segundo informações da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), as ações da ANATEL e da Polícia Federal têm fechado indiscriminadamente emissoras, mesmo aquelas que têm processo de pedido de outorga em andamento há anos no Ministério das Comunicações.

Durante entrevista coletiva concedida antes da cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Cultura, no dia 07 de novembro de 2007, o presidente Lula afirmou que criou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para resolver os problemas relacionados às rádios comunitárias. Foi muito aplaudido, mas o grupo foi criado por ele em 2005 e encerrado no mesmo ano.

No Rio de Janeiro, mais de 75% das rádios comunitárias foram fechadas. São 11343 pedidos de outorga dos quais 7333 estão arquivados, 122 possuem licenças autorizativas, 244 processos voltaram a tramitar e 362 estão em fase de revisão final. Cerca de 500 processos estão desaparecidos dentro da regional da ANATEL desde o final do governo Fernando Henrique. Apenas 53 rádios foram autorizadas desde 1998 das quais 13 são religiosas, pelo menos 2 não funcionam e 6 tiveram suas concessões privilegiadas através de partidos políticos⁵. Isto é, cerca de 41% das rádios que tiveram suas outorgas conseguiram, de certa forma, fora da lei 9612/98.

Mas não é apenas de choro e lamentação que formam a realidade das rádios comunitárias. Muitas são as histórias e feitos desse meio de comunicação. Para Armando Coelho, as rádios comunitárias ainda hoje “tratam-se de um dos mais legítimos movimentos populares, que reivindica nada mais nada menos do que a liberdade de expressão”⁶.

Da História à Atualidade

Grande alcance, mídia mais utilizada no Brasil, prestador de serviço, formador de opinião. O rádio é um dos mais importantes meios de comunicação. Segundo Álvaro Americano, “as rádios livres eram responsáveis por cerca de 40% da audiência radiofônica do país, em especial no interior”⁷.

A rádio livre surgiu quando uma emissora inglesa foi apreendida e começaram a surgir centenas de emissoras dentro do território inglês. Na década de 60 na Inglaterra,

⁵ Dados coletados em entrevista com Maria da Graça Rocha, da FARC.

⁶ COELHO NETO, Armando. Rádio Comunitária Não é Crime. São Paulo: Ícone, 2002. P. 23.

⁷ AMERICANO, Álvaro. A democratização da comunicação passa pelo rádio. Artigo Baseado em dados da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), 1996.



irradiações em FM eram emitidas pela estação de um navio na costa britânica, porém fora do controle das milhas marítimas: era a chamada rádio pirata, montada por jovens que não aceitavam o monopólio estatal e não suportavam as programações das emissoras oficiais controladas pelo governo.

As rádios livres, ao contrário das rádios comunitárias, eram montadas por pessoas ou grupos com interesses próprios. Podia ser de direita, esquerda, anarquista, religiosa. A elas é atribuída a responsabilidade de deflagrar o processo de democratização dos meios de comunicação no mundo. A questão que impulsiona a prática de rádio livre está ligada ao conflito com o monopólio da indústria cultural fonográfica, cinematográfica, informativa e editorial. No Brasil, a idéia de rádio livre chegou no início dos anos 80, quando havia todo um clima de contestação pró-democracia no país. Em 1998, surgiu a lei de radiodifusão comunitária e a questão foi regulamentada.

De acordo com Valdir Boffetti⁸, a idéia de rádio comunitária surgiu baseada no movimento das rádios livres:

O objetivo deste movimento, organizado socialmente, era difundir a cultura, expor uma nova estética, confrontar idéias etc. Era uma iniciativa pela liberdade de expressão e não comercial, como a que foi observada anos antes, com as rádios piratas.

O principal motivo para a proliferação das rádios piratas é a lentidão do governo na legitimação e na legalização das rádios comunitárias. Essa demora abre espaço para que políticos, igrejas, empresas etc. façam uso comercial ou mau uso das emissoras. É preciso um processo mais transparente e ágil.

As emissoras clandestinas muitas vezes são confundidas com as rádios comunitárias. No entanto, as clandestinas funcionam irregularmente, ou seja, sem outorga do Governo Federal. Dessa forma, a rádio clandestina opera no canal e frequência que bem entender, interferindo em outras emissoras regularmente autorizadas. Normalmente têm ligações com políticos, grupos religiosos ou empresas e vendem espaço comercial a preços irrisórios, causando concorrência predatória às emissoras legalmente constituídas.

A liberdade de expressão e de imprensa pode ser vista como garantias do Estado de Direito e como necessidades anti-tirânicas em relação à esfera política. Porém, o papel da imprensa de agente fiscalizador é um conceito enfraquecido à medida que é

⁸ Valdir Boffetti, professor do curso de Rádio e TV do Centro Universitário Municipal de São Caetano (IMES).



sabida a parcialidade, característica tal incompatível com a fiscalização digna. Havia demanda de informação de qualidade, imparcial, objetiva e atual. No entanto, a comunicação de massa acumulava cada vez mais a atenção do público, até explorar a audiência como lógica comercial com anunciantes de produtos. E, no decorrer do século XX, os meios de comunicação assumem controle da esfera pública⁹.

Para alcançar os interesses típicos da esfera econômica, a comunicação se tornou uma indústria privada de informação, preocupada em lucrar, vender e ganhar a concorrência. Para tanto, adequam seus conteúdos à lógica do mercado: atingir visibilidade na programação e agradar os anunciantes. Logo, selecionam os assuntos discutidos e, portanto, censuram a informação disponível ao público.

A partir de então, os citados “agentes da esfera civil”, representantes das minorias, são também aqueles que fazem uma comunicação alternativa para que suas reivindicações sejam apontadas na esfera pública. E é para esse caminho que corre o trabalho das rádios comunitárias.

A rádio comunitária é o veículo da expressão social dos membros de uma comunidade, ou seja, de uma população local que partilha interesses comuns. Não pode ter vínculos com partidos políticos, instituições religiosas etc. A rádio comunitária é gerida por uma associação cultural comunitária sem fins lucrativos, tem baixa potência e é fiscalizada por um Conselho Comunitário com pelo menos cinco representantes de entidades da comunidade. A supervisão da emissora se fará de acordo com o Código de Ética da Radiodifusão Comunitária. É preciso fundar uma Associação ou Instituto com objetivos verdadeiramente comunitários e registrá-la no Cartório de Títulos da respectiva cidade.

A lei 9612, aprovado pelo Congresso em 1998, regulamenta as rádios comunitárias com potência máxima de transmissão de 25 watts, frequência modular baixa e torre com altura máxima de 30 metros. Como as ondas de rádio FM se propagam em linha reta, a topografia influi no alcance da transmissão, já que se houver um obstáculo no caminho (prédio, montanha, torres etc), o sinal será interrompido. A rádio comunitária é um tipo especial de emissora FM cuja abrangência é de até um quilômetro de raio. A ANATEL disponibiliza duas frequências para todo o Brasil: a 89 e a 104,9. Se existe mais de uma rádio comunitária na cidade, elas deverão estar em

⁹ Briggs, Asa e Burke, Peter. “Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet”, Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 2004.



regiões diferentes e normalmente compartilharão da mesma frequência. Assim, beneficiam áreas distintas e não concorrem entre si. Atualmente, a autorização para execução do serviço de rádio comunitária é concedida por dez anos, podendo ser renovada por igual período. Cada entidade pode receber apenas uma autorização para execução do serviço e é proibida a sua transferência.

A legislação brasileira considera crime o não cumprimento das normas sobre instalação, programação, administração e transmissão da rádio comunitária. A punição vai desde uma advertência ou multa até a perda da autorização. Geralmente, as denúncias de transmissão ilegal partem das rádios comerciais. O trabalho de fiscalização é de responsabilidade da ANATEL.

A comunidade tem seu veículo, faz sua própria comunicação: não formal, mas concreta e real. Todos podem falar, há diálogo no plano público, produção de consensos para a resolução das dificuldades individuais e coletivas. Diminui a criminalidade e aumenta a solidariedade social, a segurança coletiva, a cidadania, a democracia. Concretiza-se a liberdade de expressão. Aproximam os moradores das instituições públicas e da promoção dos direitos humanos. As rádios comunitárias, uma vez distribuídas pela cidade, falam a linguagem da própria comunidade e podem formar um elo entre o gestor e a população. *Spots* de rádio com informações sobre racismo, desigualdades sociais, prevenção de doenças, dentre outras, contribuem, inclusive, para o cumprimento dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio¹⁰.

A programação diária de uma rádio comunitária deve conter informação, lazer, manifestações culturais, artísticas, folclóricas e tudo aquilo que possa contribuir para o desenvolvimento da comunidade, sem discriminação de raça, religião, sexo, convicções político-partidárias e condições sociais. Não pode inserir propaganda comercial, a não ser sob a forma de apoio cultural, de estabelecimentos localizados na sua área de cobertura.

A idéia de rádio comunitária nasceu com o sentido de dar voz aos populares, diferente de uma rádio comercial local, por exemplo. Na comunitária, as pessoas podem participar na produção da programação e não ficar na mera posição de ouvintes. Deve respeitar sempre os valores éticos e sociais da pessoa e da família e dar oportunidade à manifestação das diferentes opiniões sobre o mesmo assunto.

¹⁰ Até 2015, todos os 191 Estados-Membros das Nações Unidas assumiram o compromisso de: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna; combater HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.



A Vida Como Ela É

As rádios comunitárias possuem importante papel na efetivação dos direitos fundamentais, em especial os de segunda dimensão: econômicos, sociais e culturais. O direito à comunicação é uma necessidade humana fundamental. O impedimento de exercê-lo resulta na propagação de meios de comunicação e informação alternativos. Flávia Carlet¹¹ evidencia os benefícios públicos propiciados pelas rádios comunitárias, como campanhas de vacinação infantil, prevenção de doenças e conscientização sem preconceitos.

As rádios comunitárias contribuem para a construção de uma esfera verdadeiramente pública e de visibilidade. A proliferação de experiências de comunicação alternativa seria uma resposta ao monopólio dos meios de comunicação. A comunicação alternativa veio para suprir a necessidade que a comunidade tem de se afirmar. Garantir a cidadania e promover o bem estar de muitos a partir de um grupo de pessoas. E, assim, concretizar os direitos humanos.

O apoio cultural é uma forma de impulsionar o comércio local ao atingir seu público-alvo mais específico e de forma mais barata. Porém é preciso lembrar que ele apenas permite dizer o nome do estabelecimento. Nada de preços, promoções e elogios - o que dificulta bastante uma publicidade eficiente. A “publicidade” não se faz tão soberana para custear as necessidades de uma rádio comunitária e desenvolver a radiofonia local. Seus gestores precisam usar da criatividade para encontrar saídas no que diz respeito à sustentação. A legislação oprime aquilo que, realmente, seria bastante interessante para o desenvolvimento do comércio local.

A burocracia do processo de outorga é uma das principais formas de repressão. Isto se comprova ao se verificar que, para cada processo aprovado, cinco são arquivados, dos quais, 80% dos arquivamentos são relativos a alguma exigência burocrática¹². Uma realidade em que apenas metade dos municípios brasileiros possui rádios comunitárias outorgadas, e 50% destas radcom possuem vínculo com políticos

¹¹ CARLET, Flávia. As rádios comunitárias como concretizadoras dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais. Revista da Faculdade de Direito da UFPR; v. 43 (2005).

¹² LIMA, Venício A. de; LOPES, Cristiano Aguiar(2007); Rádios Comunitárias: Coronelismo Eletrônico de Novo Tipo(1999-2004). Observatório da Imprensa e Projor(Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo)



locais. O processo de outorga tem cinco vezes mais chance de obter sucesso se tiver um “apadrinhamento político”¹³.

Praticar a comunicação livre, de forma a permitir a propagação idéias, além de promover a integração e o convívio social, é consequência do trabalho verdadeiramente comunitário e que anda lado a lado do desenvolvimento. Certamente, preocupações às quais as rádios maniqueístas não estão preocupadas. É explícito o poderoso papel de mobilização social desse tipo de radiodifusão. É instrumento tomado pelos próprios moradores e que os fazem ir além de meros espectadores.

Dillvan P. de Azevedo¹⁴ discute as barreiras à visibilidade pública de conteúdos e materiais pelos meios de comunicação de massa. A partir das Tecnologias de Informação e Comunicação, surgem novas possibilidades de informação mais democrática. Os meios de comunicação de massa controlam as informações disponíveis ao público. Tal fato ilustra uma das consequências do monopólio e oligopólio da esfera pública midiática, já que os também chamados *mass media* são capazes de disponibilizar conteúdos a um grande público. Tornam-se formadores de opinião segundo a sua lógica.

Depoimentos Coletados com a Finalidade de Ilustrar a Argumentação

Dentro do Governo Lula, uma rádio fecha a cada dia. Uma delas foi a Novo Ar de São Gonçalo-RJ. A rádio funciona desde 1996. Naquela época, o início da BR-101 cortava os manguezais na cidade de São Gonçalo e acabava com os pescadores e catadores de caranguejo. Um grupo de amigos que trabalhava na Associação de Moradores e na Igreja do Porto Novo da comunidade Novo Ar queria fazer algum tipo de reclamação e não conseguia.

Em 1992, os amigos foram para a rádio Carioca com a idéia de fazer promoção de programas para produzir bandas e artistas locais. Ao se informarem sobre a possibilidade de ter um meio de comunicação comunitário, se uniram e, no final de 95, conseguiram aprovar um estatuto. E em 25 de fevereiro de 96, se deu a primeira assembléia da fundação da comunidade Novo Ar. Em 1º de maio do mesmo ano, a rádio foi ao ar após um encontro em um seminário em Brasília-DF.

¹³ Idem. Rádios Comunitárias: Coronelismo Eletrônico de Novo Tipo(1999-2004). Observatório da Imprensa e Projor(Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo)

¹⁴ AZEVEDO, Dilvan P. de, Atores Coletivos e Rádios Comunitárias: possibilidades de intervenção na agenda de discussão pública. Pesquisa realizada na Região Sisaleira da Bahia. Universidade do Estado da Bahia, 2005.



A rádio Novo Ar possuía 36 programas semanais, 24 horas no ar de segunda a segunda. *Comunidade em Alerta* foi premiado com Honra ao Mérito pela Câmara Municipal em categoria de Políticas Públicas de Segurança; *Mulher em Ação* foi premiado com o Centro de Referência da Mulher pela Fundação Ângela Borba; e *Herdeiros do Futuro* foi premiado pelo projeto Proeéco, pelo Itaú e Unicef. São apenas alguns dos programas destinados ao público de 0 a 90 anos. *Nordeste Chapéu de Couro* foi premiado com o *Projeto Sol Dó Dó- Gerando Cidadania e Cultura* pelo Ministério da Cultura, que objetiva a promoção de artistas locais. Divulgam as músicas de cantores da comunidade as quais, provavelmente, não seriam tocados em nenhuma outra rádio comercial por falta de espaço na programação. Cria-se uma identidade com a comunidade.

O Conselho Comunitário se refere ao conselho de entidades que participa da comunidade. Na Novo Ar, isso é refletido em parcerias com o Albergue da Misericórdia, que é uma casa que acolhe população de rua; com o Pró-Criança, que trabalha com crianças numa creche pela manhã; com o Deficientes, da Associação de Deficientes, que fazem oficinas com deficientes visuais; com a creche São Francisco, que é um orfanato onde fazem trabalhos com as crianças, geralmente em época de natal, ano novo, páscoa e dia das crianças. Além desses, tem parceria com o Movimento de Mulheres e o Movimento de Artistas de São Gonçalo. Fazem campanhas de vacinação e procuram informar sobre doenças e suas prevenções, como Dengue e Aids.

A rádio faz o trabalho de coletar, pesquisar e organizar as informações para transformar a comunidade. Muitos associados reclamavam que os jovens não sabiam ler e escrever. A Novo Ar fez um curso de capacitação. Primeiro, teve supletivo e começaram a trabalhar com as escolas públicas e locais. Depois, veio o programa de alfabetização. Hoje, estão com pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adulto.

Já conseguiu mobilizar mais de 11 mil ouvintes em 15 dias. Teve mais de 2700 associados, atingiu 80% do município e recebeu mais de 40 telefonemas em uma hora de programa. “Penso que em vários momentos atingimos o auge do Ibope”, afirmou Graça Rocha, coordenadora da rádio. A conscientização conseguiu mudar até o visual das ruas da comunidade. Antes, jogavam na rua sofá, brinquedo, roupa e todo tipo de lixo. E agora o terreno baldio será quadra de esportes.

No entanto, não conseguiu autorização para funcionar e foi invadida três vezes pela polícia. Aparelhos e transmissores foram apreendidos. Hoje, em Alcântara, está



fechada pela ANATEL e luta pela democratização da comunicação e do espaço público. “99% das rádios e TVs estão sem concessão e nós fomos fechados”, destacou Graça.

De acordo com a Constituição, a outorga demoraria de 90 a 120 dias. Desde a lei de 1998, a *Novo Ar* tenta e não consegue a sua. De 1996 a 1998, a rádio fomentou o movimento de fazer com que existisse uma lei e foi a primeira entidade a entrar com o pedido. A legalização abriu a viabilização. No entanto, apenas duas rádios de São Gonçalo já conseguiram outorga: uma totalmente religiosa e outra totalmente política.

Também coordenadora da rádio *Novo Ar*, Noely Godoy desabafou:

Todos os programas têm a finalidade de fazer com que haja alguma mudança político-social. E quando eu falo da lei 9612, quando falo dessa abordagem da ANATEL e da Polícia Federal, eu comento: que democracia é essa? É uma pseudo-democracia. É uma democracia pra quem? A serviço de quem? Então essa lei é um ponto de interrogação naquilo que se chama de democracia no país.

A rádio Núcleo Barreto 105,9 Mhz é um veículo de comunicação alternativa inaugurada em maio de 2001 e começou com o movimento Núcleo de Formação Sócio-Política do Barreto em 1997. Outorgada em dezembro de 2002, teve infiltrados da Polícia Federal.

Faz parte de uma das principais iniciativas consolidadas pela ONG Núcleo Barreto – Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto, que, criada há dez anos, é uma organização comunitária que desenvolve projetos de cunho social, cultural, ambiental e artístico.

O objetivo da ONG e da rádio é de contribuir para a revitalização do bairro do Barreto e proporcionar uma melhoria na qualidade de vida de sua população. Foram invadidos uma vez pela Polícia Civil sem qualquer mandato e, portanto, não teve repercussão.

O Espaço Cultural NB apresenta exposições, oferece cursos livres e preparatórios, além de disponibilizar uma biblioteca de acesso público. Desde o início, sempre prezaram em que a rádio fosse uma escola de rádio. Formar cidadãos através do rádio e das atividades que desenvolve.

Em 2004, chegou a ter 50 voluntários entre jovens e pessoas da terceira idade. “A gente começou a enxergar que aquilo era uma ferramenta de modificação também das pessoas que faziam”, disse Marcelo Silveira, coordenador da rádio. A rádio veicula programas de saúde, meio ambiente, da mulher, de cidadania.

Várias reivindicações, como falta de iluminação na rua ou problemas de água, são feitas pela rádio. Há um projeto de construção de prédios no bairro, mas o Barreto só



possui apenas duas entradas e duas saídas. Com a construção, estima-se uma chegada de cerca de 40 a 60 mil novos moradores, que podem ter um ou mais carros. A rádio está atenta e pretende mobilizar a população para que previnam um possível caos no trânsito e na qualidade de vida da população.

Pesquisas junto a comunidade foram realizadas de porta em porta. Na primeira, em 2004, 250 casas foram visitadas. Em 2006, foram 320. Os problemas e necessidades são questionados e destacados em busca de soluções. “Organização é primordial”, afirmou Marcelo, coordenador da rádio. Entre os principais problemas: enchentes e falta de segurança. Entre as necessidades: cinema, biblioteca, teatro. Através da pesquisa, a rádio Núcleo Barreto monta toda a linha de atuação junto à comunidade.

Funcionavam 24 horas por dias com 12 programas. Hoje, nenhum deles está no ar. Os computadores queimaram após um pico de energia. A empresa de fornecimento de energia não quer assumir o prejuízo e a rádio está recorrendo a uma ação judicial.

A rádio busca disseminar o conhecimento, a cultura, incentivar a formação de opinião e capacitar à comunidade numa linguagem em que se identifique. Conhecimento e bem-estar caminham juntos. “Formação e informação. A população mais esclarecida tem uma consciência melhor do que deve fazer.”, completou Silveira. Assim, contribui para o Índice de Desenvolvimento Humano, uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, esperança de vida, natalidade, dentre outros fatores.

A rádio Novos Rumos, localizada no município de Queimados/RJ, está no ar desde fevereiro de 1991. Sua entidade gestora, o Radioclube de Queimados, foi fundada oficialmente no dia 13 de abril do mesmo ano. O sucesso da rádio incomodou profundamente o governo local e os proprietários de emissoras comerciais. No dia 15 de maio de 1991, seis dias após a inauguração pública que reuniu mais de duas mil pessoas no Ginásio do Queimados F. C., a Novos Rumos foi invadida por fiscais do Dentel e agentes da Polícia Federal, que apreenderam todos os equipamentos e suprimentos da emissora.

Rodrigo Dolanteli¹⁵ dos Santos contou:

Estávamos em pleno governo Collor. Nosso interlocutor no governo era o Secretário Nacional de Comunicação Joel Rauber. Empolgado com os postulados do neoliberalismo, ele trabalhava com a hipótese de o governo Collor desregular a radiodifusão e considerava a possibilidade de

¹⁵ Rodrigo Dolanteli dos Santos é Cientista Político e Diretor de Comunicação Social da Rádio Novos Rumos, Queimados-RJ



transformar a rádio Novos Rumos numa experiência piloto para a implantação de um projeto nacional de radiodifusão comunitária. Alguns meses depois de nosso primeiro encontro, Joel Rauber foi substituído na Secretaria por Nelson Marchezan, que não queria nem ouvir falar em rádio comunitária. Meses depois, cai o Governo Collor. O Governo Itamar, em relação às rádios comunitárias, foi um verdadeiro fiasco. Somente no primeiro Governo FHC, com Sérgio Motta no Ministério das Comunicações, foram retomadas as negociações para regulamentação das rádios comunitárias”.

Uma semana depois de reinaugurada a rádio, em 22 de maio de 1995, foi promulgada a Lei Municipal Nº. 173/95 reconhecendo o Radioclube de Queimados como Entidade de Utilidade Pública. Em setembro 95, com apenas quatro meses no ar, uma pesquisa do IBOPE já apontava a Novos Rumos como a terceira mais ouvida na cidade, perdendo apenas para a Melodia FM e a Globo AM.

No entanto, no dia 06 de maio de 1997, fiscais do Dentel, acompanhados de agentes da Polícia Federal, fecharam novamente a rádio. Porém, em quatro dias um abaixo-assinado foram levantados mais de 5.000 assinaturas e o apoio por escrito de mais de 20 entidades representativas de comunidade, além de documento de apoio assinado pelo Prefeito do município e pelos quinze vereadores. De posse dessa documentação e com o apoio da AMARC, FNDC, Abraço e Ar Livre, o Delegado do Ministério das Comunicações no Rio de Janeiro foi comunicado de que a comunidade não aceitava o fechamento da rádio. E, assim, dia 11 de maio de 97 a Novos Rumos voltou ao ar.

Quase dez anos após a promulgação da Lei 9612 no dia 19 de Fevereiro de 1998, enfim o Radioclube de Queimados, entidade gestora da Rádio Novos Rumos, considerada por muitos como a primeira experiência “formal” de rádio comunitária do país, conseguiu autorização do Ministério das Comunicações¹⁶ para receber a outorga do Congresso Nacional e poder executar o serviço de radiodifusão comunitária.

No contexto da criação da rádio Novos Rumos, o movimento pela democratização da comunicação se enriqueceu muito. Ficou claro que a rádio contribuiu para este movimento, tornando-se uma referência histórica. Também reconhecida na academia

¹⁶ Portaria 845 do Ministério das Comunicações publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de Dezembro de 2007



por diversos estudantes e pesquisadores, servindo de base para seus trabalhos, monografias e dissertações sobre a comunicação no país.

Do meio acadêmico para a comunidade

A rádio Pop Goiaba já esteve na Universidade Federal Fluminense, um meio acadêmico e, portanto, de maior acesso às pesquisas. Foi fechada pela Anatel e, hoje, está com sede na comunidade Maceió, Niterói-RJ. Foram, ironicamente, condenados a um ano de trabalhos voluntários. Em entrevista, Daniel Vidal¹⁷, um dos coordenadores e produtor da rádio, disse acreditar na participação da comunidade com o tempo.

No histórico, possui grandes mobilizações políticas, mas todas voltadas à cultura e democratização da comunicação. Nos shows, reuniram a comunidade e procuraram passar mensagens de conscientização. No meio acadêmico, sempre se dirigiram à classe média, que entra a mensagem, mas não sai em ação. Na comunidade Maceió, possuem uma massa política e um terreno fértil para transformar. Procuram dar noções de política pelo bem coletivo, não próprio.

O desafio de hoje é estar na comunidade e não mais na UFF. Na comunidade, há uma inserção muito boa da oficina do parque com o núcleo de cinema. Então surgiu a idéia de fazer a oficina de rádio com de TV em que se pode trabalhar com todas as instancias da comunicação. O objetivo é trabalhar pela comunicação comunitária.

A rádio passa por dificuldades financeiras, mas nada os desanima de continuar o trabalho denominado pró-ativo. Para apreensão dos equipamentos, a polícia se fundamentou no fato de que era na mesma época da operação cassá níquel. Disseram que, se abrisse exceção para a Pop Goiaba, teria que abrir para todos. Daniel Vidal contou:

Uma rádio como a pop goiaba que tem uma mensagem diferente é perigosa. eles também estão de olho na mensagem. a gente vai trocar o transmissor de 25 para 100. até a polícia chegar aqui, é fácil trocar para o de 25 de novo. e assim vai.

Conclusão

A contribuição das rádios comunitárias para o desenvolvimento está diretamente relacionada ao incremento desse potencial de consciência e participação da população,

¹⁷ Daniel Vidal, um dos coordenadores e produtor da rádio.



que protagoniza ações de efetiva transformação nos espaços em que atuam. A criminalização é consequência de um processo moroso, cheio de impasses burocráticos e dificuldades impostas justamente para permanecê-las como instâncias ilegais. A rádio comunitária, por todo seu perfil comunitário e democrático, muitas vezes chega a uma audiência superior às comerciais. Assim, não é interessante a legalização facilitada.

Apesar de todas as dificuldades encontradas pelo rádio para sobreviver, é através dele que acontece a grande frente de batalha pela democratização dos meios de comunicação no Brasil. É através das comunitárias que uma pessoa ou uma comunidade pode utilizar um veículo de comunicação para se expressar livremente.

Além de acessar a esfera pública, a rádio comunitária surge na perspectiva de unir a comunidade e criar identidades. A partir de então, a formação de opinião e a participação da sociedade tornam-se possíveis resultados da autodeterminação da comunidade local.

A corrente social conhecida como comunitarianismo¹⁸ (*Communitarianism*) defende a legitimidade democrática fortalecida pela união das pessoas em uma comunidade através de valores partilhados. Isso não somente surge pela necessidade de acessar a esfera pública, tal como cita o autor, como também pela necessidade de inserir-se socialmente, criar identidades, participar ativamente da democracia e adquirir consciência política e cultural.

As experiências comunitárias bem sucedidas possuem um aspecto em comum: a verdadeira participação da comunidade. Participação, não apenas interação. Os meios de comunicação de massa podem atribuir à passividade de uma população insatisfeita e escravizada à raridade de experiências eficazes nos meios de comunicação comunitários brasileiros. No entanto, ao mesmo tempo em que existe uma alienação, as novas idéias podem não germinar por diversos motivos, inclusive por culpa dos próprios produtores. É sabido que muitas são as rádios comunitárias apropriadas pelos interesses privados.

A desconfiança, que Mansano¹⁹ diz ter se instalado nas comunidades, existe quanto aos meios de comunicação e quanto a tudo o que é novo. Se hoje é pensado em

¹⁸ Communitarianism is a social philosophy that maintains that society should articulate what is good—that such articulations are both needed and legitimate. Communitarianism is often contrasted with classical liberalism, a philosophical position that holds each individual should formulate the good on his or her own. Communitarians examine the ways shared conceptions of the good (values) are formed, transmitted, justified, and enforced. Hence their interest in communities (and moral dialogues within them), historically transmitted values and mores, and the societal units that transmit and enforce values such the family, schools, and voluntary associations (social clubs, churches, and so forth), which are all parts of communities (Etzioni, 2003).

¹⁹ MANSANO, Fábio A. Para uma leitura crítica das rádios comunitárias. Trabalho apresentado à Sessão de Temas Livres. Universidade Estadual de Londrina (PR). 2003.



comunicação comunitária, outrora não era tão discutida essa democratização. Sinal de que há uma evolução.

A comunidade é uma estrutura que incita a criação de uma identidade e de conseqüente aproximação entre os que a pertence, podendo representar uma saída para obstáculos da sociedade atual. Pode e o faz quando mantém seus princípios comunitários. Porém, *comunidade* deve estar para *sociedade* tal como *cidade* está para *país*. São conceitos intrínsecos.

A identificação cultural tem a capacidade de ser a motivação imediata para a união das pessoas, seja esta em confraternizações ou movimentos sociais. Mas é a conscientização do que deve e pode ser feito pelas mãos unidas da comunidade que efetiva a participação. É preciso resgatar a história para transformar e dar novo rumo, estimular a participação política e social.

Os níveis de participação sugeridos por Peruzzo²⁰ fazem referência a uma evolução conquistada passo a passo, ideal para o crescimento de uma comunidade de raízes fortes. Os resultados consistentes da construção comunitária contribuem para atravessar as etapas e não desistir. A participação é direito e dever de difícil exercício e persistência. Exige paciência e astúcia.

A comunicação comunitária no Brasil se esbarra freqüentemente com a burocracia do país, com a legislação paradoxal do sistema e um processo moroso. São muitas idas e vindas que exigem conhecimentos, sem oferecer oportunidade de capacitação ou mesmo sustentabilidade às iniciativas.

Ao analisar a dinâmica entre atores coletivos e críticos sociais, a um se deve a capacidade de introduzir novos temas dentro do discurso público, enquanto o outro eleva a consciência ao debate público na tentativa de abertura de diálogo. Assim, um deve trabalhar conjuntamente com o outro para que os discursos circulem na esfera pública com a visibilidade necessária à inovação e à mudança na relação cidadão-Estado.

No contexto das rádios comunitárias, isso implica num trabalho de interatividade entre o morador da comunidade e a rádio. Dessa forma, cria-se uma esfera de participação, cidadania, comprometimento e pensamento crítico acerca das questões

²⁰ PERUZZO, Cíclia. Maria Krohling. Pistas para o estudo e a prática da comunicação comunitária participativa. Participação ao nível das mensagens; Participação ao nível da produção de programas, de boletins informativos, etc; Participação ao nível do planejamento global do meio de comunicação; Participação ao nível da gestão global do meio de comunicação; Participação ao nível do planejamento global dos meios de comunicação locais, regionais e nacionais: compreende o acesso à definição das políticas e planos globais de comunicação.



públicas. Uma forma mais eficiente de melhorar a vida das pessoas e fazê-las entender como isso é possível.

Referências bibliográficas

CARLET, Flávia. **As rádios comunitárias como concretizadoras dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais**. Revista da Faculdade de Direito da UFPR; v. 43 (2005).

AZEVEDO, Dilvan P. de, **Atores Coletivos e Rádios Comunitárias: possibilidades de intervenção na agenda de discussão pública**. Pesquisa realizada na Região Sisaleira da Bahia. Universidade do Estado da Bahia, 2005.

COELHO NETO, Armando. **Rádio Comunitária Não é Crime**. São Paulo: Ícone, 2002. P. 23.

AMERICANO, Álvaro. **A democratização da comunicação passa pelo rádio**. Artigo Baseado em dados da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), 1996.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**, Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 2004.

MANSANO, Fábio A. **Para uma leitura crítica das rádios comunitárias**. Trabalho apresentado à Sessão de Temas Livres. Universidade Estadual de Londrina (PR). 2003.

PERUZZO, Cicília. Maria Krohling. **Pistas para o estudo e a prática da comunicação comunitária participativa**.

LIMA, Venício A. de; LOPES, Cristiano Aguiar(2007); **Rádios Comunitárias: Coronelismo Eletrônico de Novo Tipo(1999-2004)**. Observatório da Imprensa e Projor (Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo)

REBELO, Marcela. **Rádios comunitárias reclamam de demora para obter licença**. Envolverde: Revista Digital de Ambiente, Educação e Cidadania. 10/12/2007. Disponível em <<http://envolverde.ig.com.br/materia.php?cod=40911&edt=>> Acesso em 12 mar. 2008.

CERQUEIRA, Flora; FACCHINA, Márcia. **A Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: as oportunidades para o nível local**. Caderno de debate, n.07. 2005. Disponível em < http://www.pnud.org.br/arquivos/Agenda21_ODM.pdf > Acesso em 11 mar. 2008.